

RELAÇÕES ENTRE ORIENTE E OCIDENTE (SÉC. XIII-XVII): MERCADORES, MISSIONÁRIOS E HOMENS DE ARMAS

ANDRÉA DORÉ*

O título deste artigo é tão pretensioso quanto irreal: falar das relações entre as duas partes do globo durante quatro séculos. Além disso, é incompleto, porque seria preciso falar aqui tanto de mercadores, missionários e homens de armas, quanto de diplomatas e aventureiros, mulheres e burocratas, escravos e cosmógrafos. A intenção, ao fim, limita-se a apontar algumas possibilidades de estudo e indicar algumas abordagens metodológicas nesse sentido.

Podem-se dividir essas relações em três momentos, por meio dos quais se pode pensar que o conhecimento recíproco entre essas regiões se dá em ondas, ou seja, períodos de menor ou maior conhecimento, e em cada um deles há permanências e superações de concepções, crenças e interesses anteriores.

1 – ORIENTE E OCIDENTE COMO CONSTRUÇÕES

Assim como há uma periodização histórica que corresponde à trajetória vivida no Ocidente – os grandes acontecimentos nos quais se baseia essa periodização tiveram impacto na Europa, inicialmente¹ –, o espaço que se chama Oriente também não é uma categoria facilmente reconhecida fora do Ocidente. Um crítico bastante importante do orientalismo considerado como área cultural, autor engajado no movimento pós-colonialista, Edward Saïd, propôs, em 1978, sob influência dos estudos de Michel Foucault, uma longa análise das

* Professora do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Paraná e integrante do Centro de Documentação de História dos Domínios Portugueses (CEDOPE).

¹ Basta lembrar, por exemplo, que Teotônio de Souza intitula seu livro *Goa medieval* e trata do século XVII, afirmando ainda que “o período medieval da história de Goa não teria acabado até ao final da presença colonial portuguesa naquele território, não fosse a ocupação militar de Goa pelo regime britânico da Índia nos inícios do século XIX” (*Goa medieval: a cidade e o interior no século XVII*. Lisboa: Estampa, 1993, p. 12).

significações que o Oriente ganhou ao longo dos séculos. Desde o século II a. C., pelo menos, o Oriente era subdividido em regiões já conhecidas e conquistadas por Heródoto, por Alexandre e seus descendentes e regiões que ainda não tinham sido percorridas e conquistadas. “A cristandade, diz, conclui essa definição das principais esferas do Oriente: havia o Oriente Médio e o Extremo Oriente, um Oriente familiar, (...) o ‘império do Levante’ e um Oriente inédito”. No século XIX, pintores e escritores franceses completaram, na leitura de Saïd, essa invenção do orientalismo, termo usado “para descrever a abordagem ocidental sobre o Oriente; é a disciplina por meio da qual o Oriente era (e é) sistematicamente abordado, como objeto de estudo, de descoberta e de prática”².

Podemos ainda acrescentar que os relatos dos viajantes no período medieval (europeu) e durante os séculos XV e XVI não trazem o termo Oriente com a função aglutinadora que possui o substantivo. Giovanni de Plan Carpino, autor do primeiro relato sobre a Ásia Central, intitulou sua obra *Historia mongolorum*, sobre sua viagem realizada em 1245-47. Eram, então, nomeados os diferentes reinos ou áreas geográficas existentes naquele lado do globo e encontramos longos títulos para as narrativas de viagem. Não se viajava ao “Oriente”, mas à Arábia, Índia e Ásia do Sudeste, como indica o título do texto de Lodovico de Varthema (1550) ou a Tana, Pérsia, Índia e Constantinopla, como fez Aloigi Giovanni (1543)³.

Termos muito comuns eram a “Índia” e “as Índias”, depois da descoberta da América, Índias Orientais, como forma de se referir às regiões banhadas pelo Oceano Índico. Essa “ampliação” da Índia era possível pelo desenho estabelecido pela geografia medieval que considerava não uma, mas três Índias: a Índia Maior, ou Hindustão – o que se entende como o subcontinente indiano –, a Índia Menor – englobando as penínsulas do Sudeste asiático –, e uma terceira Índia – a Etiópia e a costa sudoeste da Ásia⁴.

A definição dessa categoria fluida chamada Oriente, contra outra

² SAÏD, Edward. *L'Orientalisme*. Paris: Seuil, 1980, p. 74 e p. 91 para a citação seguinte. A expressão “império do Levante” é de Grousset: *L'Empire du Levant: histoire de la question d'Orient*. Paris: Payot, 1946.

³ *Viaggi fatti da Vinetia, alla Tana, in Persia, in India, et in Costantinopoli*. Veneza: Antonio Manutio, 1543. Alguns outros exemplos: Gasparo Balbi. *Viaggio dell'Indie Orientale*. Veneza: Camillo Borgominieri, 1590; *Relazione di viaggi di Piero di Giovanni di Dino nelle costi dell'Africa e delle India* (a cura di Guglielmo Brenna). Firenze: Cellini, 1885; “Due lettere dall'India di Andrea Corsali”. In: RAMUSIO, G. B. *Navigazioni e viaggi*. Torino: Giulio Einaudi Editore, 1979. v. 2; “Il viaggio di Cesare de Federici nelle Indie Orientali”. In: RAMUSIO, 1980. v. 6; “Itinerario di Lodovico di Barthema in Arabia, in India e nell'Asia sudorientale”. In: RAMUSIO, 1978. v. 1.

igualmente ampla chamada Ocidente, resulta numa oposição binária imaginária, na expressão de Denis Sinor, uma vez que, se o Ocidente pode distinguir-se por certas características como o uso quase universal da escrita latina e a dominação histórica do cristianismo, é em vão que procuramos fatores unificadores análogos no Oriente⁵. Poderia ser adotada uma outra oposição, desta vez entre a Europa e a Ásia. Mas, também nesse caso, é possível estabelecer alguns pontos pelos quais, no decorrer da história, a Europa apresentou uma unidade que não se verificou na Ásia. Um primeiro ponto seria a existência de sistemas políticos hegemônicos na Europa: o Império Romano – quer o antigo, quer o medieval restaurado por Carlos Magno, no século IX, núcleo do Sacro Império Romano Germânico – com a fixação da noção de império, e a idéia do papa como representante único do poder religioso. Essas instituições políticas não podem ser localizadas na história do continente asiático. A grafia representa um outro ponto; enquanto a escrita na Ásia modificou-se ao longo dos séculos e diferentes famílias lingüísticas conviveram simultaneamente (árabe, chinês, sânscrito), na Europa não ocorreu essa ruptura e as traduções foram muito mais freqüentes.

Mais uma vez, no entanto, se fará uso dessa “oposição binária imaginária” para apresentar alguns momentos em que esses dois espaços, construídos pelo pensamento europeu, se aproximaram de maneira mais ou menos conflituosa. São momentos diferentes pela dimensão, amplitude, atores envolvidos e conseqüências que produziram.

2 – UMA APROXIMAÇÃO EM TRÊS ATOS

O primeiro momento a destacar é o da aproximação entre a Ásia Central, a Europa Ocidental e o Oriente Médio, durante a segunda metade do século XIII, quando dois grandes conflitos se confundiram: as Cruzadas, partindo da Europa, e a expansão do Império Mongol, que partiu da Ásia Central em direção ao Golfo Pérsico e à Europa Oriental.

Depois de um intervalo no século XIV, tem-se um segundo momento, no século XV, com algumas parcas experiências registradas até o final daquele século, quando os portugueses chegaram à Índia pela rota do Cabo. Daí em diante as relações não mais se romperam. Foi o momento que abriu o caminho para o que vem sendo chamado de “primeira globalização”. E, finalmente, um terceiro momento se verifica

⁴Ver FONSECA, Luís Adão da. O imaginário dos navegantes portugueses dos séculos 15 e 16. *Estudos Avançados*, v. 6, n. 16, p. 37, 1992.

⁵Ver SINOR, Denis. Langues et échanges culturels le long des routes de la soie. *Revue Diogène*, n. 171, p. 3, 1995.

quando da acentuação da concorrência européia, com a presença de holandeses e ingleses no Oceano Índico.

PRIMEIRO ATO: AS CRUZADAS E A EXPANSÃO MONGOL

Apesar de os enfrentamentos ocorridos a partir das Cruzadas terem inundado a Europa de informações e experiências relativas ao Oriente (Oriente Médio, especificamente), os primeiros contatos entre povos do Ocidente e da Ásia datam de muito antes. As expedições de Alexandre, o Grande (356-323 a. C.) resultaram na conquista da bacia oriental do Mediterrâneo até o rio Indo, na Índia. As campanhas de Alexandre da Macedônia em direção ao Levante tinham inicialmente o objetivo de deter a ação do rei dos persas que já impunha seu poder a cidades gregas. Dario, rei dos persas, foi vencido definitivamente em 331, pouco depois da passagem de Alexandre pelo Egito, onde, em sua homenagem, naquele mesmo ano, foi fundada a cidade de Alexandria. Um episódio desses conflitos dá a dimensão da aproximação de duas culturas para além das campanhas militares; quando do assassinato de Dario, Alexandre organizou funerais solenes e ao se tornar rei da Pérsia, tentou adotar os costumes do país, integrando em seus exércitos soldados orientais. Após submeter todas as populações do vale do Indo e superar sucessivos motins de seu exército, Alexandre foi obrigado a retornar à Babilônia diante da recusa das tropas em prosseguir com a expedição. Os relatos de suas conquistas alimentaram o imaginário Europeu a respeito da Ásia, fazendo oscilar a construção de uma imagem da Índia povoada ora por sábios, ora por monstros⁶.

O expansionismo que marcou o período romano não avançou significativamente em direção ao Oriente. Os limites do Império sob Trajano iam até o rio Tigre e os esforços de conquistas não ultrapassaram o Eufrates. Ao seu declínio, as invasões no interior da Europa, pelos bárbaros do norte, ocuparam demasiadamente homens e recursos para que a Ásia fosse um projeto. Foi só a partir do século XI, e notadamente no século XIII, que uma efetiva aproximação se realizou. No primeiro momento que aqui se enfatiza, as Cruzadas e a expansão mongol podem ser identificadas como conflitos que acabaram intensificando os contatos diplomáticos, seja na tentativa de conter os mongóis, seja na expectativa por parte da Europa de ampliação dos domínios do cristianismo. Como resultado, assistiu-se ao encontro de

⁶ A respeito da construção da imagem da Índia pelos europeus desde a Antiguidade, ver WEINBERGER-THOMAS, Catherine. Introduction. Les yeux fertiles de la mémoire. Exotisme indien et représentations occidentales. In: _____. *L'Inde et l'imaginaire*. Paris: Editions de l'EHESS, 1988.

três grandes forças mundiais, cada uma perseguindo objetivos plenamente contrastantes entre si: a República Cristã, a potência muçulmana e o império dos Tártaros⁷.

No século XIII, para o Ocidente cristão, para as regiões distantes do Mar Mediterrâneo, as Cruzadas marcaram os primeiros contatos com o Oriente muçulmano. As invasões islâmicas atingiram a península ibérica no século VIII e não ultrapassaram a cidade de Narbona, ao sul da França. A falta de informação da Europa a respeito do Oriente Médio era tal que a primeira Cruzada é considerada como aquela da fé, e a única ligada apenas a esse sentimento; ela não tinha nenhum objetivo além da conquista dos lugares santos e não abrigava “nenhuma outra promessa além daquela de ganhar o céu combatendo por Deus”⁸. Os homens das Cruzadas não sabiam o que iriam encontrar e entre as motivações pessoais não estava o enriquecimento, resultado de pilhagens e de saques que atrairiam os cruzados das missões seguintes.

A primeira Cruzada, entre 1096 e 1099, tinha objetivos bastante claros: libertar a Terra Santa de seus ocupantes muçulmanos e em seguida assegurar a defesa dos Estados Latinos do Oriente. O grande resultado foi a conquista de Jerusalém, em julho de 1099.

As últimas três Cruzadas, como afirma Pirenne, “de Cruzada têm apenas o nome”⁹. A última posição do Império Latino na Síria foi perdida em 1291, com a tomada de Acre pelo sultão mameluco Kaldun¹⁰. Dos objetivos inicialmente fixados, nada havia sido alcançado: a ação dos cruzados não rechaçou o Islã, não reunificou a Igreja grega, não conservou nem Jerusalém, nem Constantinopla. O seu verdadeiro resultado foi a intensificação do comércio marítimo no Mediterrâneo, sobretudo italiano, e, a partir da quarta Cruzada, a formação do império colonial de Veneza e de Gênova nas regiões do Levante.

No outro extremo teve início o avanço mongol. Em relação aos nômades da Ásia central, escreveu Jules Michelet no século XIX: “Esses pastores, arrastando nações, afugentando a humanidade com seus rebanhos, pareciam decididos a apagar da terra toda cidade, toda

⁷Cf. SORANZO, G. *Il Papato, l'Europa Cristiana e i Tartari*. Milano: Vita e Pensiero, 1930, p. 563.

⁸PARISSE, M. Les “profits” de la guerre sainte. In: *Les Croisades*. Paris: Seuil, 1988, p. 128s.

⁹PIRENNE, H. *Storia d'Europa dalle invasioni al XVI secolo*. Roma: Orsa Maggiore, 1991, p. 227.

¹⁰Os mamelucos formavam uma dinastia de escravos libertos que reinou no Egito de 1250 a 1517. Entre os sultões mais ilustres dessa dinastia está Baybars (1261-1277), que ao mesmo tempo venceu os mongóis e expulsou os cruzados. No início do Quinhentos estavam em decadência, mas ainda controlavam a Síria e a Palestina e seus lugares santos, o Egito, Meca e Medina. A dinastia terminou com a derrota dos mamelucos pelos turcos otomanos em 1517, numa batalha em Adem.

construção, todo traço de cultura, a refazer do globo um deserto, um prado livre onde se pudesse então vagar sem obstáculos”¹¹.

A situação era baseada na ignorância recíproca. Os mongóis consideravam que os cristãos formavam um povo, uma nação, e não uma religião. Guilherme de Rubrouck, que viajou ao Império Mongol em 1254, escreveu que “o nome de cristandade lhe parecia ser um nome de povo, e são tomados de tamanho orgulho que, mesmo que lhes ocorra ter alguma crença em Cristo, eles se recusam a se dizer ‘cristãos’”¹². Ao mesmo tempo, as primeiras notícias que chegavam ao Ocidente, quando o alvo dos mongóis ainda limitava-se aos reinos muçulmanos, falavam de um imperador, rei Davi, que vinha do Oriente para salvar os cristãos dos infiéis¹³.

No final de dezembro de 1241 os mongóis chegaram ao extremo ocidental de suas conquistas, quando estiveram prestes a atacar Viena. Três décadas mais tarde, em 1271, quando Marco Polo partiu em direção ao Oriente com seu tio e seu pai, o Império Mongol se estendia, sem interrupção, das planícies da Rússia ao mar da China. Assim como no caso das Cruzadas, a expansão do Império Mongol disseminou um efeito duradouro no tocante às relações comerciais. Durante o período identificado como *pax mongolica*, já durante o reino de Kublai Khan, as estradas no interior do Império eram seguras o suficiente para atrair mercadores cristãos e árabes.

A ação diplomática surgiu como consequência desses contatos e muitas iniciativas partiram da Europa, ameaçada pelos mongóis e derrotada pelos muçulmanos. Em junho de 1243, quando o papa Inocêncio IV assumiu a direção da Igreja, retomou o objetivo, acumulado e mal cumprido por seus predecessores, de salvar a tradição da *Cristiana Repubblica* ameaçada por todos os lados: pelo Império romano-germânico; por monarquias nacionais que começavam a se formar pela Europa; pelo poder nascente das cidades, e por novos interesses econômicos. No Oriente, de um lado se colocava o poder muçulmano, de outro, o “perigo amarelo” – a ameaça mongol –, e entre os dois a cristandade via um campo virgem para a expansão de sua

¹¹MICHELET, J. *Le Moyen Age*. Paris: Robert Laffont, 1981, p. 368.

¹²RUBROUCK, Guillaume de. *Voyages dans l'Empire Mongol*. Tr. Claude et René Kappler. Paris: Payot, 1985, p. 122.

¹³Cf. PRAWDIN, M. *Genghis Khan*. Paris: Payot, 1980, p. 5-10. O autor fala de cartas enviadas ao papa por Jacques de Vitry, bispo de Acre, ainda em 1218, que reconhece em Gengis Khan um protetor da cristandade vindo da Índia, um certo rei Davi, que acabava de atacar os infiéis com um exército imenso.

doutrina¹⁴.

Para melhor conhecer as intenções dos dirigentes mongóis, assim como para ter maiores informações sobre os costumes e a organização desse povo, o papa enviou ao grande khan, à capital do império mongol, Caracorum, o franciscano italiano Giovanni de Plan Carpino¹⁵. Ele seguiu para o Oriente com uma carta convidando o soberano a converter-se ao cristianismo. O grande khan Guyuk, por sua vez, respondeu com uma carta em que convidava o papa e os príncipes do Ocidente a reconhecerem a soberania mongol antes de qualquer negociação.

Três anos após o retorno de Plan Carpino, o rei da França Luís IX, São Luís, recebeu em Chipre dois embaixadores nestorianos¹⁶, David e Marc, que lhe propunham, em nome do imperador mongol, segundo afirmavam, uma aliança contra os turcos. O rei não se convenceu completamente de que se tratava de verdadeiros embaixadores, e a resposta, sem grandes promessas, foi enviada pelo padre dominicano André de Longjumeau¹⁷. Ao chegar ao acampamento do grande khan, encontrou no poder a viúva de Guyuk, que considerou a carta do rei Luís uma prova de submissão, não levando a outras conseqüências.

Após esse fracasso, a cristandade esperou seis anos por uma nova tentativa: a missão atribuída em 1254 a Guilherme de Rubrouck pelo mesmo Luís IX. Naquele momento, a Igreja sonhava com a conversão dos mongóis ao cristianismo e com a possibilidade de uma aliança contra os muçulmanos. A situação dava margem a muito otimismo, depois das notícias de ataques mongóis devastadores contra cidades muçulmanas e da informação de que um importante líder mongol, Sartaq, havia se convertido ao cristianismo e se feito batizar.

Rubrouck permaneceu quase seis meses na corte do grande khan, Mongka, onde não chegou a realizar grandes pregações; seu intérprete era muito pouco dotado e se cansava com facilidade diante de longas discussões. Mongka lhe respondeu que ele deveria retornar à

¹⁴O campo se mostrava livre não no sentido de que as regiões orientais estariam abertas à presença cristã sem apresentar resistências, mas porque, do ponto de vista religioso, o Império Mongol sofria da falta de uma doutrina institucionalizada.

¹⁵ O texto completo de sua narrativa de viagem está em CARPIN, Jean du Plan. *Histoire des Mongols: enquête d'un envoyé d'Innocent IV dans l'Empire tartare (1245-1247)*. Tr. P. Clément Schmitt. Paris: Ed. Franciscaines, 1961.

¹⁶ Os nestorianos eram cristãos que seguiam a doutrina de Nestório sobre a dupla personalidade de Cristo, condenada no Concílio Ecumênico de Éfeso (431).

¹⁷ Existem apenas algumas indicações da narrativa de André de Longjumeau, recolhidas na *Chronica majora. Additamenta*, de Mathieu Paris. Ver também, sobre esse enviado, SANDERS, J. J. Matthew Paris and the Mongols. In: SANDQUIST, T. A.; POWICKE, M. R. *Essays in Medieval History*. Toronto, 1969.

Europa e o fez portador de uma carta ao rei da França na qual incitava os europeus à submissão aos mongóis e assegurava que sua posição não estava ao abrigo da potência mongol.

No que diz respeito à contribuição de Guilherme de Rubrouck para o conhecimento das regiões então pouco conhecidas da Ásia Central, pode-se afirmar que esse viajante identificou, por exemplo, a real conformação do Mar Cáspio. Ptolomeu já havia esclarecido que se tratava de um mar fechado, mas durante a Idade Média o Ocidente insistia em se basear em descrições mais antigas. Em sua carta menciona-se, pela primeira vez, o parentesco entre as línguas eslavas e a identificação do país de Seres com o Catay. Sua narrativa fornece o testemunho mais antigo sobre a observação clínica dos médicos chineses e de sua doutrina da pulsação e traz em poucas palavras alguma idéia sobre a natureza da escrita chinesa. Rubrouck foi responsável dessa forma por uma aproximação da Europa com a Ásia Central no sentido do conhecimento dos costumes das civilizações das estepes.

Depois do insucesso da missão de Rubrouck, as iniciativas diplomáticas partiram do Império Mongol. A mais significativa ocorreu na virada do século, em 1305, quando o sultão da Pérsia mongol enviou duas delegações com proposições pacíficas, uma ao Egito e outra à Europa Ocidental: à França, à Inglaterra e provavelmente à Santa Sé. A carta que chegou à Europa trazia o seguinte teor: “Fomos informados de que vocês, numerosos sultões dos francos, permanecem todos em concórdia entre si. Na verdade, o que pode haver de melhor que a concórdia?”¹⁸. O sultão mongol propunha então que as nações todas da Ásia e da Europa trabalhassem juntas pela manutenção da paz e punissem aqueles que não a respeitassem. A proposta não obteve resultados. Só é conhecida a resposta do rei da Inglaterra, Eduardo II, que apenas felicitava a iniciativa dos mongóis, sem se comprometer a endossá-la.

O surgimento da diplomacia moderna é comumente situado durante os séculos XIII e XIV, na Itália. Tem-se nesse período a ação de homens como Dante, Petrarca e Boccaccio, e mais tarde Maquiavel e Guicciardini, todos originários de Florença. O campo de ação, no entanto, não se restringia essencialmente ao espaço europeu. Gênova e, sobretudo, Veneza possuíam já vasta experiência com trocas diplomáticas com a Sublime Porta, Constantinopla. No entanto, numa área tão nova para a diplomacia como aquela que envolvia o Ocidente

¹⁸ KOTWICZ, W. Les Mongols, promoteurs de l'idée de paix universelle au début du XIII^e siècle. In: *La Pologne au VII^e Congrès International des Sciences Historiques*. Varsovie: Société Polonaise d'Histoire, 1933, v. 1, p. 202. Kotwicz apresenta uma nova tradução dessa carta, publicada inicialmente por Abél Rémusat.

cristão e as regiões mais distantes da Ásia Central, a participação dos comerciantes teve igualmente grande importância. Pensa-se sobretudo nas missões dadas aos irmãos Polo, por Kublai Khan, ou meio século mais tarde ao marroquino Ibn Battûta por ordem do sultão de Deli, em sua passagem pela Índia¹⁹. Os comerciantes colaboravam com os enviados da Igreja e aceitavam cumprir missões diplomáticas como forma de desenvolver seus negócios.

Algumas cidades-estado especializaram-se nos contatos com o Oriente Médio, devido à sua posição geográfica, e foram então obrigadas a criar mecanismos a fim de defender os interesses dos mercadores italianos fora da Itália. O procedimento mais comum era a concessão, pelo país de acolhida, de um bairro de uma importante cidade portuária para servir de entreposto aos mercadores italianos. Assim, em Alexandria, Constantinopla, Acre e muitas outras, o mapa da cidade se dividia em colônias de mercadores de diferentes origens. As Cruzadas e a criação de estados pelos cruzados na Palestina e na Síria tiveram um papel importante no desenvolvimento desses entrepostos²⁰.

Como conclusão desses contatos, tem-se que nenhuma das embaixadas trocadas entre os mongóis e a cristandade obteve resultados, e o Império Mongol foi enfraquecido antes por divisões internas que por ameaças externas. Da mesma forma, nenhuma aliança com os mongóis pôde ser estabelecida contra os muçulmanos, e os cruzados foram obrigados a retornar à Europa. Apesar do fracasso do ponto de vista diplomático, deve-se assinalar que a principal consequência da aproximação do Oriente e do Ocidente naquele momento refletiu-se nas relações comerciais.

SEGUNDO ATO: O SÉCULO XV, O INTERESSE PELA ÍNDIA E A ROTA DO CABO

Pode-se então afirmar que as viagens se sucediam como consequência da ameaça mongol, no caso dos franciscanos/diplomatas, e devido à paz mongol, no caso dos mercadores. Os acontecimentos

¹⁹ Ibn Battûta é conhecido como “o viajante do Islã”. Ele saiu de Tanger, no Marrocos, em 1325 e retornou em 1349, depois de viajar pelo norte da África, China, Índia, sudeste asiático, Rússia meridional, Espanha e Itália. Deixou uma extensa narrativa de viagem, na qual conta sobre uma embaixada realizada junto ao imperador da China a pedido do sultão de Delhi. Ver IBN BATTÛTA. *Voyages*. Tr. C. Defremery e B.R. Sanguinetti (1855). Introduction de Stéphane Yerasimos. Paris: La Découverte, 1994. Sobre a missão atribuída a Ibn Battûta pelo sultão, ver v. 3, p. 147-154.

²⁰Ver POTIEMKINE, M. (dir.). *Histoire de la diplomatie*. Paris: Librairie de Médecis, 1953, t. 1, p. 145.

em torno dos quais ocorreram todas essas viagens ajudam a compreender o que se passou depois e preparou o terreno para o projeto português de contornar a África. Após essa primeira onda de contatos, há uma ruptura, um hiato de quase 150 anos.

Desde 1250, a dinastia mameluca reinava no Egito e assim sobre os principais portos de escoamento dos produtos do Oriente para a Europa, especialmente o porto de Alexandria. Quando, em 1291, os mamelucos tomaram dos francos seu último território conquistado na Terra Santa, São João d'Acre, o papa Nicolau IV, como retaliação, proibiu que os cristãos negociassem com os egípcios. Restrição de difícil controle e prejudicial tanto para os muçulmanos como para os cristãos, foi suspensa em 1295 por Bonifácio VIII e depois em 1303-1305 por Bento XI, que restringiram a proibição a material de guerra. Novamente em 1308 o bloqueio total foi restabelecido, e Urbano V, em 1360, definiu que a interdição se limitaria a armas e a víveres em tempo de guerra. Simultaneamente, no início do século XIV, os italianos passaram a investir nas rotas terrestres às margens orientais do Golfo Pérsico dominadas pelos mongóis, então seguras e muito freqüentadas, deixando em segundo plano os portos do Egito²¹.

Algumas décadas mais tarde, também esse trajeto deixou de ser praticado. Num extremo da "rota da seda", na China, caiu em 1368 a dinastia mongol, e a dinastia Ming iniciou um período de xenofobia, com o fechamento do país aos comerciantes estrangeiros. As rotas da Ásia que atravessavam o mar Negro, a Armênia e a Pérsia foram fechadas por guerras e por ataques de bandidos, como consequência da desagregação dos estados mongóis. "É de forma excepcional que um genovês ou um veneziano ainda tentam alcançar as Índias"²², escreve Renouard, referindo-se ao século XV.

O Oceano Índico tinha se tornado um lago muçulmano. "O maior mercado do mundo"²³, como o define Geneviève Bouchon; tinha seu acesso pelo Mar Vermelho fechado aos cristãos, sobretudo venezianos e genoveses, grandes intermediários na aquisição dos bens asiáticos: seda, tecidos finos, pedras preciosas e especiarias.

Se os contatos diplomáticos cessaram, as viagens comerciais passaram a ser esporádicas e arriscadas. As experientes cidades italianas contribuíram com dois representantes para o exíguo grupo de

²¹Ver LOPEZ, Roberto S. *Nuovi Luci sugli italiani in Estremo Oriente prima di Colombo*. p. 356s.

²²RENOUARD, Yves. *Les Hommes d'affaires italiens du Moyen Age*. Paris: Armand Colin, 1949. p. 253.

²³BOUCHON, Geneviève. *Vasco de Gama*. Paris: Fayard, 1997, p. 133.

viajantes que realizaram algum tipo de relato de viagem pelo Oriente no século XV: os comerciantes Niccolo di Conti, de Veneza, e o genovês Ieronimo da Santo Stefano.

Podemos considerar a possibilidade de que as informações contidas nesses textos tenham obtido certa repercussão nos meios letrados de Portugal. A carta e a narrativa, juntamente com a relação de viagem de Marco Polo, foram editadas em Lisboa em 1502 pelo editor flamengo Valentim Fernandes. O texto de Niccolo di Conti já circulava manuscrito em latim desde 1448 e não se pode descartar a hipótese de que a coroa portuguesa já tivesse acesso a ele²⁴. A narrativa de Marco Polo, por exemplo, não havia esperado a tradução portuguesa para chegar às mãos de D. Pedro, tio do rei D. João II. Uma edição lhe fora ofertada pelo doge de Veneza, Francesco Foscari.

Do século XV destacam-se as narrativas desses dois viajantes e dois fatos essenciais da expansão portuguesa. Em 1415, quando os portugueses tomaram Ceuta, no Marrocos, e inauguravam seu avanço em direção às conquistas na África²⁵, o veneziano Niccolo di Conti deixava a Itália em busca das Índias, naquele momento ainda as únicas. Oitenta anos depois, Vasco da Gama percorria pela primeira vez a rota do Cabo para chegar a Calicut e o genovês Ieronimo da Santo Stefano iniciava uma viagem de negócios ao Oriente das especiarias.

Primeiramente, é preciso salientar que comparar essas iniciativas é um exercício que guarda muitas limitações. Enquanto a tomada de Ceuta e igualmente a viagem de Vasco da Gama, em 1497, envolviam um grande volume de interesses e se revestiam de um caráter estatal²⁶, as viagens dos italianos diziam respeito, à primeira vista, a uma decisão

²⁴Cf. Bouchon, op. cit., p. 51s. Dejanirah Couto também não exclui essa possibilidade. Ver "L'Inde Portugaise". *Historiens & Géographes*, n. 353, p. 105, s./d.

²⁵Para o ataque a Ceuta, juntou-se no Tejo, em julho de 1415, uma armada com mais de 200 velas e 20 mil homens. A expedição passou por Lagos, onde aportou, esperando ventos favoráveis para cruzar o Estreito, o que ocorreu em 7 de agosto. O desembarque em Ceuta deu-se a 21 de agosto, sem grande perda de homens. A presença portuguesa no Magreb começou com esse desembarque e só terminou em 1769, com o abandono de Mazagão. Ver: DIAS, Pedro. As fortificações portuguesas da cidade magrebina de Safi. *Oceanos*, n. 28, p. 11, out.-dez. 1996.

²⁶Utiliza-se aqui o termo "estatal" uma vez que o soberano estava envolvido. Havia uma conotação estatal, mas não nacional. Como salienta Luís Filipe Thomaz, Zurara em sua *Crônica da Guiné*, ao narrar a expansão portuguesa no século XV, não fala sequer de "portugueses", atribuindo aos "cristãos" as vitórias no continente africano (THOMAZ, Luís Filipe. L'idée impériale manuéline. In: AUBIN, Jean (éd.). *La Découverte, le Portugal et l'Europe – Actes du colloque*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian/Centre Culturel Portugais, 1990, p. 87). Já D. Manuel, em cartas ao Papa, fala dos portugueses como "um novo povo eleito". Thomaz cita a carta de D. Manuel a Roma, de 25 de outubro de 1507.

pessoal e isolada. Importante lembrar ainda que a Índia não se encontra como mote das primeiras incursões portuguesas.

O primeiro texto que faz alusão à Índia *stricto sensu* é a carta do cosmógrafo florentino Paolo del Pozzo Toscanelli, de 24 de junho de 1474, a Fernão Martins, cônego da Sé de Lisboa que o tinha consultado a pedido de D. Afonso V. Nesse documento, afirma-se que o melhor caminho para “os lugares fertilíssimos de todos os aromas e gemas” não é a circunavegação da África, mas a circunavegação do globo, rumando em direitura para o Ocidente. Não há menção ao Preste João, mas se insiste nas riquezas da Ásia, nos portos da pimenta, o Zaitun (Ceilão), Cataio (China), o país do Grão Cã, Cipango (Japão), o Extremo Oriente tal como o descrevem Marco Polo e outros viajantes medievais²⁷.

A Coroa portuguesa, ao monopolizar as atividades comerciais nas terras exploradas, ainda na costa africana, estabeleceu uma das diferenças fundamentais entre o modelo português e o italiano. Como se pode constatar no estudo da participação dos italianos nas grandes descobertas – participação esta que resultou na produção de uma parte importante das fontes utilizadas para o seu estudo –, iniciativas pessoais de financistas, mercadores ou de homens do mar foram freqüentes e superaram o envolvimento das cidades-estado italianas.

Nas cidades italianas mais prósperas, da mesma forma que em Portugal, vê-se a continuidade do movimento registrado no final da Idade Média, mas estamos falando de cidades mercantes e prósperas, e a herança medieval nesse caso não é a perseguição e expulsão dos infiéis, motor importante das investidas portuguesas sobre o norte da África, mas a expansão comercial. Uma outra nuance a considerar é que, se a conquista de Ceuta marcou o início de um movimento de descobertas, a viagem de Di Conti foi apenas a retomada de contatos já estabelecidos, como se viu, havia quase dois séculos.

Essas diferenças ajudam a compreender por que uma cidade como Florença, rica do ponto de vista científico e intelectual, ou Veneza e Gênova, com vasta experiência nas atividades mercantis e marítimas, não foram capazes de desempenhar um papel independente no período das grandes navegações. À ausência de uma potência política aliava-se a falta de uma força militar apta a levar adiante um programa de descoberta e de colonização autônomo. À diferença do período precedente, a expansão européia exigia a um só tempo uma potência econômica e militar, categoria na qual não se enquadrava nenhuma das cidades-estado italianas²⁸.

Ao final daquele século, em 1498, quando Ieronimo da Santo

²⁷Ver Thomaz, op. cit., p. 144s.

Stefano partiu para o Oriente, a situação já havia se modificado em muitos aspectos, tanto em Portugal como na Itália e no Oriente. As cidades italianas que mantinham territórios controlados, os entrepostos comerciais que visavam a facilitar e incrementar as transações comerciais, perdiam seu poder. Constantinopla foi perdida em 1453; Caffa, cidade às margens do Mar Negro controlada pelos venezianos, caiu em 1475, e outras cidades foram tomadas também pelos turcos otomanos ao longo do século. No Índico assistia-se então ao florescimento do império otomano, que concentrará em muitas situações a resistência aos projetos de Portugal. Já os herdeiros do império mongol de Genghis Khan, os mogóis, terão papel importante em vários momentos das relações entre os portugueses e os reinos da Índia, mas sua extensão e sua influência serão bem mais restritas²⁹.

O título da narrativa de Niccolo di Conti é uma prova de que houve uma ruptura nos contatos entre a Europa e a Índia, mais numerosos com a primeira onda registrada na Idade Média. Quando foi impressa em Cremona em 1492 a primeira edição de *India cognita*, as relações entre as duas regiões – ao menos as relações tornadas públicas – foram reatadas.

Em 1502, a narrativa foi traduzida para o português na edição de Valentim Fernandes intitulada *Marco Polo, Ho livro de Nycolao veneto. O trallado da carta de huum genoues das ditas terras* (este último se refere à carta de Ieronimo da Santo Stefano). Aqui encontramos uma primeira importante permanência neste panorama das relações entre Oriente e Ocidente. Como lembra João Rocha Pinto, é notável que Valentim Fernandes,

ao querer divulgar os negócios e feitos da Índia, [o faça] editando um texto do século XIII e dois do século XV, mas não qualquer relato de um

²⁸No caso específico de Florença, a crise política que sucedeu a morte de Lourenço, o Magnífico, se somou à crise econômica de seus homens de negócio, superados no início do século XVI pelos mercadores e banqueiros franceses, alemães e flamengos. Ver CARDINI, Franco. I fiorentini e l'espansione europea. *Mare Liberum*, n. 2, p. 35s, 1991.

²⁹Os mogules, mogores ou mogóis são os herdeiros do império mongol, fundado por Genghis Khan na Mongólia oriental no século XIII. O império de Tamerlão, que o sucedeu, não era um império mongol. Tamerlão foi um soberano turco que tinha a seu lado um descendente de Genghis Khan para legitimar sua usurpação. Um terceiro império, o de Babur, não pôde se sustentar nos territórios antes dominados por Tamerlão na Ásia central e foi obrigado a se refugiar na Índia. Seus descendentes construíram o império dos "Grandes Mogóis". Em 1576, no auge do poder mogol sobre a Índia, os domínios se estendiam por toda a Índia setentrional, com exceção do sul da província do Sind. Ver: HAMBIS, Louis. Les Empires mongols. In: DUVERGER, Maurice (dir.). *Le concept d'empire*. Paris: PUF, 1980, p. 417-431.

viajante da rota do Cabo, aberta em 1498, com a viagem de Vasco da Gama; repetindo um gesto automático do princípio de todo o conhecimento, fornece a matriz apriorística para o confronto com a realidade, fazendo o *Marco Polo* destacar-se como símbolo³⁰.

Esse conjunto de três obras tinha a vantagem de oferecer a visão dos mais importantes rivais dos portugueses, os genoveses e os venezianos. E, ao mesmo tempo, as narrativas italianas revelavam a forma como os italianos chegavam às Índias.

Na introdução à edição de maior divulgação do texto de Di Conti, a coletânea organizada pelo humanista veneziano Giovanni Battista Ramusio, *Navigazioni e Viaggi*, verifica-se a interpretação de que a viagem do veneziano reabria o caminho para as especiarias e admite-se o encantamento diante da “redescoberta” das Índias:

e é realmente coisa maravilhosa a considerar as ilhas e os países descritos no livro do senhor Marco Polo, o que foi já há 250 anos, e que ao presente estão sendo *reencontrados* pelos pilotos portugueses, como a ilha de Sumatra, Java maior e menor, Ceilão, o país do Malabar e Dely e muitos outros³¹.

No texto de Di Conti se encontra a primeira referência de um europeu ao potencial comercial do porto de Calicut, com o qual a Europa vai sonhar a partir de então. “Neste país nasce grande quantidade de pimenta”³², sentencia, e igualmente fará leronimo da Santo Stefano: “Aqui descobrimos que nasce a pimenta e o gengibre”³³. Quase com as mesmas palavras, mesmo depois da chegada dos portugueses, quando o porto terá outros predicados bastante importantes, como o foco da resistência à presença europeia encarnada na política do Samorim, os italianos de passagem não deixarão de lembrar sua maior riqueza.

Di Conti esteve em Calicut durante sua viagem de retorno e a descreveu como uma cidade à beira-mar com oito milhas de circuito, “a mais nobre cidade da Índia, em tráfico e mercadoria”³⁴. Além da pimenta, a cidade produzia laca, gengibre, canela grossa e mirabolano

³⁰ PINTO, João Rocha. *A viagem. Memória e espaço*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1989. p. 148.

³¹ “I Viaggi di Nicolò de’ Conti”. In: RAMUSIO, op. cit., v. 2, p. 786. Grifo nosso.

³² “In questo paese nasce gran copia de pepe”. “I Viaggi di Nicolò de’ Conti”, in RAMUSIO, v. 2, p. 806.

³³ “Qui trovammo che vi nasce il pepe e il gengevo”. “Viaggio de leronimo da Santo Stefano...”, p. 826.

(espécie de ameixa usada na fabricação de unguentos).

Mesmo antes da edição da narrativa de Di Conti em Portugal em 1502, suas informações poderiam já ter chegado a Lisboa. Dessa forma, Vasco da Gama, ao partir em direção à Índia em julho de 1497 já deveria conhecer seu destino. É pouco provável que o comandante português e sua tripulação tenham lido o texto do veneziano de Chioggia, mas a celebridade do porto onde “*nasce pevere*”³⁵ já se havia espalhado entre mercadores e navegadores de Portugal e da Itália.

Como conclusão desse segundo momento, vale destacar dois aspectos referentes aos textos examinados em suas relações com a ação portuguesa. As cidades italianas, principalmente Veneza e Florença, já cultivavam nos séculos XV e XVI uma forte tradição ligada à edição de textos, e produziram, pelas mãos de homens comuns, um grande número de documentos sobre a expansão lusa. Ao mesmo tempo, no entanto, o fato de terem acesso a informações acumuladas desde a Antiguidade sobre o Oriente fez com que, em muitos casos, a tradição se perpetuasse, em prejuízo da precisão e da própria realidade geográfica. Algumas descrições de Di Conti têm sua origem no texto de Marco Polo e assim falam de localidades de 150 anos antes que Di Conti nem chegou a visitar. A existência de uma imagem de certos povos e regiões direcionou as observações e o julgamento do que era importante registrar.

O peso da *autoritas* é verificado nos textos assim como a preocupação em “confirmar” o que outros – tanto os autores clássicos como os viajantes medievais como Marco Polo e o missionário Odorico de Pordenone – já haviam descrito. “Assim, num certo sentido, a melhor viagem será aquela em que se aprende quase nada: a maior parte dos sinais simplesmente confirmarão o que já se sabe”³⁶, como afirmou Greenblatt a respeito da viagem de Cristóvão Colombo ao Novo Mundo. Dessa forma, há tópicos obrigatórios. Por exemplo, vários viajantes italianos, ao longo do século XVI – Varthema em Ternassari³⁷, Giovanni

³⁴“la piú nobile città de tutta l’India di traffichi e mercanzia”. “I Viaggi di Nicolò de’ Conti”, in RAMUSIO, v. 2, p. 806.

³⁵No mapa-múndi feito por Fra Mauro em 1459 a pedido de D. Afonso V, uma das legendas sob a cidade de Calicut dizia: “Qui nasce pevere”. Ver AUBIN, Jean. Préface. In: *Voyages de Vasco da Gama*, traduzidas e anotadas por Paul Teyssier e Paul Valentin. Paris: Editions Chandeigne, 1995, p. 59.

³⁶GREENBLATT, Stephen. *Possessões maravilhosas*. São Paulo: Edusp, 1996, p. 128.

³⁷Cf. “Itinerario di Lodovico di Barthema in Arabia, in India e nell’Asia Sudorientale”. In: RAMUSIO, op. cit., v. 1, p. 851.

da Dino e Cesare Fedrici em Vijaynagar³⁸, Gasparo Balbi em Diu³⁹, Filippo Sassetti em Cochim⁴⁰ – mencionaram o ritual funerário *sati*, já descrito por Niccolo di Conti, no qual a viúva se lançava nas chamas em que ardia o corpo do marido.

Nas paisagens da Ásia, no entanto, verifica-se a imponente, mesmo que restrita, presença europeia por meio das fortalezas portuguesas. Espaços de múltiplas funções – militares, administrativas, comerciais e religiosas – esses enclaves ao longo da costa estão presentes nos relatos europeus do Quinhentos e indicam que a rede mercantil baseada na solidariedade católica que os portugueses buscaram construir foi efetiva durante mais de um século⁴¹.

TERCEIRO ATO: CONFLITOS EUROPEUS TRANSBORDAM PARA A ÁSIA

A partir dos últimos anos do século XVI, os mares da Ásia passaram a ser visitados por outra nação europeia. Primeiro de forma sutil, depois, a partir de 1602, organizados em torno da Companhia Holandesa das Índias Orientais (VOC), os holandeses atuaram dispostos a concorrer com os portugueses e expulsá-los das margens do Índico. Entre várias componentes dos conflitos entre portugueses e holandeses que envolveram ainda rivalidades e alianças com reinos asiáticos, salientaria duas, separadas apenas para fins de estudo: as oposições no campo jurídico e no campo religioso.

A mais importante das disputas jurídicas foi a que opôs o humanista holandês Hugo Grócio, autor da obra *Mare Liberum*, de 1608, e o canonista Frei Serafim de Freitas e seu *De Justo Imperio Lusitanorum Asiatico*, publicado pela primeira vez em 1625. Grócio baseia sua argumentação nas de Francisco de Vitória e de Vázquez de Menchaca, assim como nas próprias fontes desses autores, como Sêneca, para quem os deuses haviam distribuído seus bens igualmente

³⁸Giovanni da Dino cita no reino de Narsinga (Vijayanagar), cf. *Relazione di viaggio di Piero di Giovanni di Dino*. G. Brenna (a cura di). Firenze, 1885, p. 10. Fedrici descreve longamente o ritual e assegura: “Io n’ho viste abbrucciare assai, percioché la mia stanza era appresso a quella porta per la quale esse uscivano ad abbrucciarsi”. “Il viaggio di Cesare de’ Federici nelle Indie Orientali”. In: RAMUSIO, op. cit., v. 6, p. 1031.

³⁹BALBI, Gasparo. *Viaggio dell’Indie Orientale*. Vinezia: Camillo Borgominieri, 1590, p. 61.

⁴⁰Cf. Carta de Filippo Sassetti a Francesco Valori, de Cochim em dezembro de 1583. In: *Lettere dall’India (1583-1588)*. A cura di Adele Dei. Roma: Salerno Editrice, 1995, p. 36.

⁴¹Sobre o uso dessa rede pelos italianos, ver nosso artigo “Cristãos na Índia no século XVI: a presença portuguesa e os viajantes italianos”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 22, n. 44, 2002, p. 311-339.

por todo o globo a fim de levar os homens a se comunicarem⁴². Os portugueses, na exposição de Grócio, fundamentariam seus direitos de conquista em quatro títulos: por meio de doação papal; por meio de guerra justa; pela prioridade da descoberta; pelo costume. Mas nenhuma dessas bases se sustentaria, segundo o holandês, devido ao caráter espiritual (e não temporal) do poder papal; as guerras travadas teriam sido injustas, uma vez que os povos da Ásia tinham direito sobre seus bens e possessões⁴³. Apenas conforme os direitos das nações esses títulos poderiam ser ali adquiridos. O interesse de Grócio nessa argumentação estava no fato de que era preciso assegurar a existência da soberania dos príncipes dessas regiões, com os quais os holandeses pretendiam estabelecer tratados visando a certos privilégios e concessões comerciais.

A questão da concessão de soberania e de seu exercício por estados europeus nas Índias trazia problemas ligados justamente aos direitos das nações, e um dos mais polêmicos nos séculos XVI e XVII foi o da mútua classificação do ponto de vista da soberania e da personalidade jurídica⁴⁴. No sentido prático, as dificuldades não eram incontornáveis; os europeus eram normalmente levados a adotar a classificação praticada entre os soberanos asiáticos. Assim, tinha-se de um lado um pequeno grupo de potências, e de outro, um grupo muito mais numeroso de vassalos colocados sob sua suserania ou proteção. Esses vassalos freqüentemente transferiam sua obediência de um suserano a outro ou a concediam a um protetorado europeu. No curso dessas transferências, muitos erros de classificação foram cometidos, sendo porém geralmente reconhecidos e respeitados os direitos dos vassalos à soberania interna e externa.

A presença dos holandeses e ingleses a partir dos finais do século XVII (a VOC foi criada em 1602) veio complicar essas relações não apenas pelos conflitos e disputas que provocou, mas pelo inusitado da conformação jurídica dos recém-chegados. Aos soberanos asiáticos não era comum travar relações com autoridades como as que representavam as companhias das Índias Orientais, companhias de mercadores investidas de poderes quase soberanos. Diferentemente

⁴² Sobre as fontes de Grócio e o papel atribuído ao comércio como fator de união dos povos, ver PAGDEN, Anthony. *Commerce and conquest: Hugo Grotius and Serafim de Freitas on the freedom of the seas. Mare Liberum*, n. 20, p. 33-55, 2000.

⁴³ Op. cit., p. 47s.

⁴⁴ Para essa questão, ver ALEXANDROWICZ, Charles H. *Le Droit des Nations aux Indes Orientales aux XVIe, XVIIe, XVIIIe siècles. Annales*. 19 année, n. 5, p. 869-884, sept.-oct. 1964; e (suite) *Annales*. 19 année, n. 6, p. 1066-1084, nov.-déc. 1964.

dos portugueses, servidores da Coroa de Portugal, os holandeses, ingleses e franceses, em seguida, integravam associações de mercadores que, “apenas para apoiar e facilitar suas atividades comerciais”, estavam autorizados “a estabelecer com os soberanos asiáticos relações que implicassem a possibilidade de exercer ativamente e passivamente o direito de concluir tratados, de adquirir territórios e mesmo, caso necessário, de fazer a guerra”⁴⁵.

Um outro problema a ser destacado refere-se à classificação dos direitos territoriais. Em primeiro lugar, qualquer soberano podia adquirir, unilateralmente, por ocupação efetiva ou por meio da descoberta, um território considerado como *terra nullius*, ou seja, sobre o qual ninguém reclamava soberania. No caso de já haver um soberano, o território só poderia ser adquirido bilateralmente, por meio de um tratado de cessão ou como consequência de uma conquista sancionada por um tratado de paz ao final do conflito. Mas, se o soberano vencido desaparecesse, ocorreria uma *debellatio* e seu território seria anexado pelo conquistador. A doutrina hindu clássica, por sua vez, fixa uma diferença importante em relação ao tratado de cessão conhecido na Europa: não ocorria a anexação do território conquistado, mas a transformação do soberano vencido em vassalo, e a conquista não resultava jamais em aniquilação do soberano vencido, mas na sua vassalização⁴⁶. Estamos então diante de um importante elemento explicativo da timidez territorial portuguesa nas Índias frente a um poder nominal muito mais extenso. A relação suserano-vassalo, compreendendo o pagamento de tributos, era, contudo, o que justamente interessava a Portugal⁴⁷.

O conflito entre os portugueses e as potências europeias ganha ainda uma forte dimensão religiosa, uma vez que representa o prolongamento para o ultramar português da oposição vivida na Europa entre católicos e protestantes; entre a Igreja de Roma e a heresia que se fez Igreja⁴⁸. Os portugueses em suas áreas de influência ou de domínio no Brasil, na África e na Ásia sofreram, a partir do início do século XVII, além das oposições locais, a ameaça sobretudo dos holandeses, apesar de os ingleses terem logo iniciado sua ofensiva.

⁴⁵Op. cit., p. 880.

⁴⁶Op. cit., p. 883.

⁴⁷ A respeito do desinteresse do soberano por uma efetiva conquista plena do território, afirma Thomaz: “On pressent que derrière ce manque d'intérêt de D. Manuel à l'égard de la souveraineté royale em Orient gît son aspiration à la suzeraineté impériale”. THOMAZ, op. cit., p. 40.

⁴⁸ A respeito da “heresia” protestante que se transforma em Igreja, ver: CERTEAU, Michel de. *L'écriture de l'histoire*. Paris: Gallimard, 1975, p. 132s.

Lembre-se, por exemplo, da trágica perda de Ormuz para uma coligação anglo-persa já em 1622. Na Índia essa ameaça se traduziu em perdas sucessivas de praças, reduzindo os domínios portugueses a um número bastante pequeno de cidades fortificadas; no Brasil, ataques à Bahia e um período de 24 anos de dominação holandesa sobre Pernambuco.

Charles Boxer divide as relações conflituosas entre holandeses e portugueses em três períodos. No primeiro, de 1641-44, ocorreram disputas pelas terras do Ceilão e outros eventos sérios no Brasil e Angola. No segundo período, de 1645-54, os conflitos em Angola e Pernambuco ganharam o centro do palco, e a rivalidade na Ásia foi relativamente menos aguda. E, num terceiro momento, de 1655-1663, os holandeses perderam Pernambuco mas puderam compensar a perda com a tomada do Ceilão, Macassar e a as praças da região do Malabar, na costa da Índia⁴⁹.

A leitura das fontes que abordam conflitos armados entre portugueses e holandeses nos espaços ibéricos indica que tanto soldados quanto religiosos expressavam a oposição em termos políticos e em termos de fé. Num contexto de União Ibérica, os holandeses eram vistos como traidores do rei – de Espanha – e infiéis à verdadeira Igreja. Verifica-se, então, um fortalecimento da componente religiosa da expansão portuguesa. As motivações iniciais, ainda no norte da África em princípios do século XV, aliavam anseios cruzadísticos, demandas da nobreza e interesses da Coroa. No momento da chegada à Índia, durante o reinado de D. Manuel, estava presente o caráter messiânico-evangelizador na figura do rei e nos contornos iniciais das implantações na Ásia. Com a concorrência protestante, mais uma vez o motor religioso das conquistas, que nunca fora abandonado, ganhou novo fôlego frente à necessidade de defender a fé católica da ameaça reformista.

CONCLUSÃO

O objetivo deste breve panorama foi mostrar a complexidade das relações entre o Ocidente cristão e o chamado Oriente e destacar a riqueza dos temas de estudo possíveis nesse aspecto. Algumas questões não podem estar ausentes de qualquer abordagem sobre o assunto. Em primeiro lugar, as permanências existentes. Mesmo com o avanço da experiência dos lugares mais distantes, ainda se mantém por muito tempo a crença no Preste João, as informações de Marco Polo servem de base para explorações e a missão evangelizadora e messiânica dos portugueses funciona como aspecto legitimador e

⁴⁹ BOXER, Charles. Portuguese and Dutch colonial rivalry. *Studia*, v. 2, p. 11, jul. 1958.

motivador das conquistas. O segundo ponto é a necessidade de considerar a dinâmica das sociedades asiáticas, na sua multiplicidade de interesses e formas de reagir à presença europeia; ou seja, superar a idéia construída a respeito da apatia do Oriente e pensar que os interesses europeus ao longo do tempo não se aderem simplesmente a um quadro estático.